



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal LEONARDO CUNHA DE BRITO

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 572, Brasília/DF, fone (61) 3215-5572

### EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DELEGADO(a) DE POLÍCIA FEDERAL

**Assunto:** crimes contra a Administração Pública.

**Incidência:** Arts. 317 e 319 do Código Penal.

**Envolvido:** Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde.

Exmo(a). Delegado(a),

O Deputado Federal LEONARDO CUNHA DE BRITO, [REDACTED] com endereço funcional no Gabinete 572 - Anexo III - Câmara dos Deputados, Brasília/DF, fone (61) 3215-5572, com fundamento no art. 14 da Lei 8429/92, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada signatária, oferecer **REPRESENTAÇÃO** contra Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, Brasília - DF, 70058-900.

#### 1. Dos Fatos

---

No dia 29 de junho de 2021, a Folha de São Paulo<sup>1</sup> noticiou que o Governo Bolsonaro pediu propina de US\$1 dólar por dose, segundo vendedor da vacina. Todos os principais jornais do país também divulgaram a mesma matéria.

Em entrevista ao referido jornal, Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresenta como representante da empresa Davati Medical Supply, disse que o diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, cobrou a propina em um jantar no restaurante Vasto, no Brasília Shopping, região central da capital federal, no dia 25 de fevereiro.

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal LEONARDO CUNHA DE BRITO

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 572, Brasília/DF, fone (61) 3215-5572

Segundo Dominghetti: "eu falei que nós tínhamos a vacina, que a empresa era uma empresa forte, a Davati. E aí ele falou: 'Olha, para trabalhar dentro do ministério, tem que compor com o grupo'. E eu falei: 'Mas como compor com o grupo? Que composição que seria essa?'"

Questionado se teria certeza que o encontro foi com o diretor de Logística do ministério, Domingueti respondeu: "Claro, tenho certeza. Se pegar a telemetria do meu celular, as câmeras do shopping, do restaurante, qualquer coisa, vai ver que eu estava lá com ele e era ele mesmo".

"Ele [Dias] ainda pegou uma taça de chope e falou: 'Vamos aos negócios'. Desse jeito. Aí eu olhei aquilo, era surreal, né, o que estava acontecendo."

"Eu estive no ministério, com Elcio [Franco, ex-secretário-executivo do ministério], com o Roberto, ofertando uma oferta legítima de vacinas, não comprou porque não quis. Eles validaram que a vacina estava disponível."

"Fui levado com a proposta para o ministério e chegando lá, faltando um dia antes de eu vir embora, recebi o contato de que o Roberto Dias tinha interesse em conversar comigo sobre aquisição de vacinas", disse.

"Quando foi umas 17h, 18h [do dia 25], meu telefone tocou. Me surpreendi que a gente ia jantar. Fui surpreendido com a ligação de que iríamos encontrar no Vasto, no shopping. Cheguei lá, foi onde conheci pessoalmente o Roberto Dias", afirmou.

Domingueti disse que recusou o pedido de propina feito pelo diretor da Saúde.

Disse: "Aí eu falei que não fazia, que não tinha como, que a vacina teria que ser daquela forma mesmo, pelo preço que estava sendo ofertado, que era aquele e que a gente não fazia, que não tinha como. Aí ele falou que era para pensar direitinho e que ia colocar meu nome na agenda do ministério, que naquela noite que eu pensasse e que no outro dia iria me chamar."

Domingueti continuou então o relato daqueles dois dias.

"Aí eu cheguei no ministério para encontrar com ele [Dias], ele me pediu as documentações. Eu disse para ele que teriam que colocar uma proposta de compra do ministério para enviar as documentações, as certificações da vacina, mas que algumas documentações da vacina eu conseguiria adiantar", afirmou.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal LEONARDO CUNHA DE BRITO

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 572, Brasília/DF, fone (61) 3215-5572

Segundo ele, o encontro na Saúde não evoluiu. "Aí ele [Dias] me disse: 'Fica numa sala ali'. E me colocou numa sala do lado ali. Ele me falou que tinha uma reunião. Disso, eu recebi uma ligação perguntando se ia ter o acerto. Aí eu falei que não, que não tinha como."

"Isso, dentro do ministério. Aí me chamaram, disseram que ia entrar em contato com a Davati para tentar fazer a vacina e depois nunca mais. Aí depois nós tentamos por outras vias, tentamos conversar com o Élcio Franco, explicamos para ele a situação também, não adiantou nada. Ninguém queria vacina", afirmou.

Segundo ele, Roberto Dias afirmou que "tinha um grupo, que tinha que atender a um grupo, que esse grupo operava dentro do ministério, e que se não agradasse esse grupo a gente não conseguiria vender".

Questionado pela Folha sobre que "grupo" seria esse, ele respondeu: "Não sei. Não sei quem que eram os personagens. Quando ele começou com essa conversa, eu já não dei mais seguimento porque eu já sabia que o trem não era bom".

"A Davati começou a operar nessas vendas de insumos pro Covid. A Davati era uma empresa muito séria e aí me ofereceram a parceria de trabalhar com ela, de apresentar os produtos. E quando a Davati teve acesso a vacina, né, que realmente se concretizou que tinha acesso aos donos da vacina, aos investidores, me veio a proposta no sentido de tentar colocar a vacina no Brasil", afirmou Domingueti.

"Era um sonho, na verdade era um sonho nosso. É uma realização até pessoal porque se a gente pegar um valor da vacina que ela tá sendo vendida lá fora e que ia ser colocado no Brasil era o mesmo. Não existia aquele negócio de majorar, de ganhar, era mais um sonho, a gente sonhava com isso. Fazia parte do processo, entrar na história como alguém que ajudou", disse.

Roberto Dias foi indicado ao cargo pelo líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Sua nomeação ocorreu em 8 de janeiro de 2019, na gestão do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (DEM).

A empresa Davati buscou a pasta para negociar 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca com uma proposta feita de US\$ 3,5 por cada (depois disso passou a US\$ 15,5). "O caminho do que aconteceu nesses bastidores com o Roberto Dias foi uma coisa muito tenebrosa, muito asquerosa", disse Domingueti.

Toda a denúncia em questão se encontra em fonte aberta.



## **2. Do Direito**

---

Recentemente, existem diversos atos de suspeitas de corrupção em torno das compras públicas das vacinas que estão sendo negociadas no país. A exemplo disso, irregularidades no caso da contratação da vacina indiana Covaxin estão sendo investigadas pelos órgãos de controle do país. No entanto, continuam surgindo denúncias públicas de condutas criminosas envolvendo compras de vacinas de outras marcas pelo Ministério da Saúde.

Os elementos fáticos elencados, que apontam o menosprezo pela saúde pública da população brasileira. Além disso, as condutas praticadas pelo Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Sr. Roberto Ferreira Dias conforme denúncia narrada alhures, denotam indícios de cometimento dos crimes tipificados nos seguintes dispositivos do Código Penal:

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

(...)

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

(...)

Em ambos os tipos penais, o objeto de proteção (bem jurídico) tutelado é a administração pública. Busca-se a sua proteção tanto no aspecto patrimonial (erário) quanto no aspecto imaterial (moral e probidade do Estado).

Quanto ao crime de prevaricação, se busca proteger, especialmente o desenvolvimento normal e regular da atividade administrativa. Se busca proteger a boa imagem da administração pública, além desta que se mantenha a integridade moral dos servidores públicos.

Diante dos fatos apresentados, o servidor público envolvido deve ser investigado, para a comprovação da prática dos crimes apresentados e outros, se houver. Em tese, ao solicitar ou receber vantagem para si o para outrem, o servidor



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal LEONARDO CUNHA DE BRITO

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 572, Brasília/DF, fone (61) 3215-5572

público cometeu corrupção passiva, bem como ao deixar de realizar ato de ofício (compra de vacinas) para satisfazer interesse pessoal, ele cometeu prevaricação.

### **3. Do pedido**

---

Diante do exposto, represento a Vossa Excelência para que que seja instaurado inquérito policial em face do representado pelos fatos narrados, de modo que este seja processado criminalmente com fundamento nos artigos 317 e 319 do Código Penal.

Brasília, 30 de junho de 2021.

**LEONARDO CUNHA DE BRITO**

Deputado Federal

**SAMARAH REJANY MOTTA LOPES**

OAB/DF 67.557

OAB/AC 3.803